

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	-------------------	------	--------------------------	--------------------------------	---------------------------------------

1	DIS	Concessão de Benefícios	Atribuição de benefícios públicos (subsídios, subvenções, bonificações, ajudas, incentivos, donativos, etc.)	Elevada	Assegurar o cumprimento dos procedimentos definidos em Regulamento para atribuição de apoios
2	DIS	Concessão de Benefícios	Inexistência de declarações de interesses privados dos funcionários envolvidos nos processos de concessão de apoios financeiros	Elevada	Exigência de Declarações de Interesse
3	DIS	Concessão de Benefícios	Existência de impedimentos, na participação de eleitos e / ou funcionários, ou de familiares, nos órgãos sociais das entidades beneficiárias	Elevada	Exigência de Declarações de Interesse
4	NA / DOMSU	Cont. Pública	Inexistência de um sistema estruturado de avaliação das necessidades / planificação da contratação pública / Plano Formal Anual de Compras	Moderada	Implementação de sistema estruturado de avaliação de necessidades. Aprovação de instruções escritas que regulem os procedimentos de planeamento de necessidades de bens / serviços
5	NA / DOMSU	Cont. Pública	Tratamento deficiente das estimativas de custos em empreitadas com trabalhos muito específicos	Moderada	Montagem de base de dados com informação relevante sobre aquisições anteriores
6	NA / DOMSU	Cont. Pública	Planeamento deficiente dos procedimentos, obstando a que sejam assegurados prazos razoáveis	Moderada	Planeamento de Aquisições - Aprovação de Regras/Procedimentos a adotar para o planeamento de aquisições
7	NA / DOMSU	Cont. Pública	Indefinição das responsabilidades de cada um dos intervenientes no processo, nas diversas fases	Elevada	Definição prévia das responsabilidades de cada um dos intervenientes, nos processos de aquisição de bens e serviços e nas empreitadas - Manual de Procedimentos

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	-----------------------	-------------	---------------------------------	------------------------------------	--

8	NA / DOMSU	Cont. Pública	Inexistência ou existência deficiente de estudos adequados para efeitos de elaboração dos projetos, Estudos Geotécnicos e cadastro de infraestruturas	Elevada	Consagração de critérios internos que determinem e delimitem a realização e dimensão dos estudos necessários
9	NA	Cont. Pública	Seleção e contratação dos especialistas externos por ajuste direto	Elevada	Adoção de Regra do CPP para contratação de especialistas externos – Elaboração de Manual
10	NA / DOMSU / UGF / GJ	Cont. Pública	Existência deficiente de um sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais	Moderada	Implementação de sistema de controlo interno, destinado a verificar e a certificar os procedimentos pré-contratuais; Elaboração de Manual de Procedimentos e de Minutas a serem utilizadas pelos serviços
11	NA / DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente do recurso ao ajuste direto, quando baseado em critérios materiais	Moderada	Implementação de um sistema de controlo interno (medidas) que garanta que no caso em que se adote o ajuste direto com base em critérios materiais os mesmos são rigorosamente justificados baseando-se em dados objetivos e devidamente documentados
12	NA / DOMSU	Cont. Pública	Não fixação, no caderno de encargos, das especificações técnicas, tendo em conta a natureza das prestações objeto do contrato a celebrar	Moderada	Implementação de um sistema de controlo interno que garanta a adequação de especificações técnicas que se adequem à natureza das prestações de serviços a contratar
13	NGRH	Cont. Pública	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos referentes a empreitadas	Moderada	Criação de mecanismos de controlo do exercício de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes em procedimentos referentes a empreitadas
14	GJ	Cont. Pública	Inexistência de correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respetivo concurso	Moderada	Implementação de sistema de CI que garanta correspondência entre as cláusulas contratuais e as estabelecidas nas peças do respetivo concurso
15	GJ	Cont. Pública	Existência de ambiguidades, lacunas e omissões no clausulado do contrato	Moderada	Implementação de sistema de CI que garanta que o seu clausulado é claro e rigoroso, não existindo erros, ambiguidades, lacunas ou omissões respetivo concurso

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	----------------	------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

16	DOMSU	Cont. Pública	Não verificação ou verificação deficiente das cláusulas contratuais que prevejam ou regulem os suprimentos dos erros e omissões	Elevada	Implementação de sistema de CI que preveja e assegure com o devido rigor o eventual suprimento de erros e omissões;
17	DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a “natureza imprevista” dos trabalhos	Elevada	Implementação de sistema de CI que garanta a verificação da circunstância de que tais trabalhos respeitam a “obras novas” e foram observados os pressupostos legalmente previstos para a sua existência, designadamente a “natureza imprevista
18	DOMSU	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta para a circunstância desses trabalhos não poderem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra	Elevada	Implementação de sistema de CI que garanta que esses trabalhos não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconveniente grave para o dono da obra ou, embora separáveis, sejam estritamente necessários à conclusão da obra; Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respetiva documentação
19	NA	Cont. Pública	Fundamentação insuficiente ou incorreta, no caso das aquisições de serviços, de que os “serviços a mais” resultam de uma “circunstância imprevista”	Moderada	Implementação de um sistema de Controlo Interno que garanta a verificação da condição dos serviços a mais ser justificada pela ocorrência de uma “circunstância imprevista”; Que esses “serviços a mais” não podem ser técnica ou economicamente separáveis do objeto do contrato sem inconvenientes graves para a entidade adjudicante, ou ainda que sejam separáveis são necessários à conclusão do objeto do contrato; Exigência de comprovação da circunstância, juntando a respetiva documentação
20	NA	Cont. Pública	Não verificação da boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores	Elevada	Implementação de normas internas que garantam a boa e atempada execução dos contratos por parte dos fornecedores/prestadores de serviços, mediante:

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	----------------	------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

21	NA	Cont. Pública	Não acompanhamento e avaliação regulares do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade ou qualidade estabelecidos no contrato	Elevada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fiscalização regular do desempenho do contratante, de acordo com os níveis de quantidade e/ou qualidade estabelecidos nos contratos e documentos anexos. Controlo rigoroso dos custos do contrato, garantindo a sua concordância com os valores orçamentados; 2. Calendarização sistemática; 3. Envio de advertências, em devido tempo, ao fornecedor/prestador de serviços, logo que se detetem situações irregulares e/ou derrapagem de custos e de prazos contratuais. 4. Atos prévios de inspeção e certificação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos, relativamente à emissão da ordem de pagamento; 5. Exigência da presença de dois funcionários na inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos;
22	NA	Cont. Pública	Inexistência de um controlo rigoroso dos custos do contrato tendo por pressuposto os valores orçamentados	Fraca	
23	NA	Cont. Pública	Inexistência de advertências logo que são detetadas situações irregulares ou derrapagens nos custos e nos prazos	Elevada	
24	NA	Cont. Pública	Inspeção e/ou avaliação da quantidade e da qualidade dos bens e serviços adquiridos efetuada somente por um funcionário	Elevada	
25	NA / DOMSU	Cont. Pública	Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos	Moderada	Obtenção de declarações de interesses privados dos funcionários
26	NA / DOMSU	Cont. Pública	Não existência de uma avaliação, <i>a posteriori</i> , do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros	Elevada	Avaliação, <i>a posteriori</i> , do nível de qualidade e do preço dos bens e serviços adquiridos e das empreitadas realizadas aos diversos fornecedores/prestadores de serviços/empreiteiros
27	NA / UGF	Gestão Financeira	Desadequação da Norma de Controlo Interno à atual organização dos serviços municipais.	Moderada	Revisão e adequação dos Regulamento de Controlo Interno

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	----------------	------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

28	UGF	Cont. Pública	Assunção de despesas sem prévio compromisso	Fraca	Responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras estabelecidas, nomeadamente em sede de Regulamento de Controlo Interno e introdução de medidas no sistema de Controlo Interno que garantam a prévia cabimentação e compromisso.
29	UGF	Gestão Financeira	Articulação entre os compromissos assumidos, as realizações (fornecimentos e faturação) e consequentemente das dotações orçamentais disponíveis	Fraca	Responsabilização pelo cumprimento das normas financeiras estabelecidas, nomeadamente em sede de Regulamento de Controlo Interno e disponibilização em tempo real de informação financeira aos serviços requisitantes
30	UGF	Cont. Pública	Despesas objeto de inadequada classificação económica	Fraca	Criação de mecanismos que garantam que a documentação apensa ao pedido de cabimento deve ser totalmente esclarecedora do tipo de bem ou serviço que se pretende cabimentar
31	DGT	Gestão Urbanística	Acumulação de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes nos procedimentos administrativos referentes a operações urbanísticas	Moderada	Criação de mecanismos de controlo do exercício de funções privadas por parte dos técnicos e dirigentes intervenientes em procedimentos administrativos referentes a operações urbanísticos
32	DGT	Gestão Urbanística	Falta de imparcialidade potenciada pela intervenção sistemática dos mesmos técnicos e titulares de processos, situação que pode criar condições favoráveis ao favorecimento ou desfavorecimento	Elevada	Criação de regras de distribuição de processos que acautelem que a um determinado técnico não seja cometido de forma continuada os processos de determinado requerente, e que não seja cometida a apreciação, continuada, de procedimentos de idêntica natureza
33	DGT	Gestão Urbanística	Prazos de decisão	Fraca	Monitorização do cumprimento dos prazos administrativos

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	-----------------------	-------------	---------------------------------	------------------------------------	--

34	DGT / GITMA	Gestão Urbanística	Ausência de informação sistematizada	Elevada	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disponibilização, em local bem visível e acessível ao público, do organigrama do serviço, bem como a identificação dos respetivos dirigentes e colaboradores; 2. Integração de todos os procedimentos no Balcão Único de Licenças do Portal da Empresa; 3. Elaboração de relatório anual das reclamações exaradas no competente livro; 4. Informatização e desmaterialização dos procedimentos de forma a impedir que a hierarquia temporal da entrada dos pedidos seja objeto de modificações;
35	NGRH	Gestão Rec. Humanos	Utilização excessiva do recurso a trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços	Elevada	Elaborar orientações no sentido da não utilização do trabalho extraordinário como forma de suprir necessidades permanentes dos serviços
36	NGRH	Gestão Rec. Humanos	Não disponibilização, aos interessados, de mecanismos de acesso facilitado e célere a informação procedimental relativa aos procedimentos de seleção ou de avaliação de pessoal, por parte dos interessados	Elevada	Disponibilização de formulários-tipo relativos aos pedidos de informação procedimental bem como de formulários-tipo relativos à apresentação de reclamações, que facilitem a utilização deste tipo de instrumento por parte do trabalhador

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	----------------	------	--------------------------	-----------------------------	---------------------------------------

37	SIDI	Transversal	Dificuldade no acesso a informação relevante em termos de transparência, no que se refere à organização. A maioria da informação sobre esta matéria já existe disponível ao público, mas sob a forma de documentação interna que os munícipes têm de solicitar e de bases de dados e websites nem sempre de uso amigável e com suficiente divulgação. A administração permite que as pessoas conheçam, mas não estimula as pessoas a conhecer	Moderada	<p>Manutenção e atualização da área no site municipal onde se centraliza a informação sobre transparência na gestão dos recursos públicos, disponibilizando, entre outros, os seguintes elementos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Publicação dos vencimentos dos membros do executivo e de todos os funcionários da autarquia e sua posição na carreira; 2. Informação sobre a acumulação de funções privadas por parte dos membros do executivo e técnicos; 3. Organograma com lista de chefias e, pelo menos, dos técnicos superiores de cada serviço, com descrição das suas tarefas; 4. Lista das assessorias e gabinetes especializados externos com os quais a Câmara Municipal mantém relações; 5. Ligação para a plataforma eletrónica de contratação pública e maior destacando a abertura de novos concursos na homepage do site; 6. Ligação ao site www.base.gov.pt; 7. Publicação de auditorias e inspeções ao município e seu tratamento noticioso; 8. Disponibilização da legislação integral relevante nesta matéria e página de FAQ's com os seus pontos principais; 9. Publicação de um relatório anual de reclamações; 10. Publicação dos planos de atividades e outras informações / deliberações que fundamentam a atribuição de subsídios a entidades externas; 11. Criação de e-mail dedicado a questões sobre transparência na gestão dos recursos públicos.
----	------	-------------	---	----------	--

	UO Responsável	Área	Identificação dos Riscos	Probabilidade de ocorrência	Medida/Atividade a adotar/Implementar
--	-------------------	------	--------------------------	--------------------------------	---------------------------------------